

Fabrcio Castagna Lunardi

CURSO DE  
**DIREITO**  
**PROCESSUAL**  
**Civil**

3ª edio

Revista, ampliada e atualizada  
De acordo com as Leis n. 13.655/2018,  
13.728/2018 e 13.793/2019.

2019

saraiva  jur

SÉRIE **idp** INSTITUTO  
BRASILENSE DE  
DIREITO PÚBLICO | LINHA  
Doutrina

ISBN 978-85-536-1228-4

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**saraiva**  
EDUCAÇÃO**saraiva**Av. Doutora Ruth Cardoso, 7.221, 1º andar, Setor B  
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

sac.sets@somoseduacao.com.br

**Direção executiva** Flávia Alves Bravin  
**Direção editorial** Renata Pascual Müller  
**Gerência editorial** Roberto Navarro  
**Gerência de produção e planejamento** Ana Paula Santos Matos  
**Gerência de projetos e serviços editoriais** Fernando Penteado

**Consultoria acadêmica** Murilo Angeli Dias dos Santos**Planejamento** Clarissa Boraschi Maria (coord.)**Edição** Eveline Gonçalves Denardi (coord.)  
Deborah Caetano de Freitas Viadana**Produção editorial** Rosana Peroni Fazolari

**Arte e digital** Mônica Landi (coord.)  
 Amanda Mota Loyola  
 Camilla Felix Cianelli Chaves  
 Claudirene de Moura Santos Silva  
 Deborah Mattos  
 Fernanda Matajs  
 Guilherme H. M. Salvador  
 Tiago Dela Rosa

**Projetos e serviços editoriais** Juliana Bojczuk Fermino  
 Kelli Priscila Pinto  
 Marília Cordeiro  
 Mônica Gonçalves Dias  
 Tatiana dos Santos Romão

**Novos projetos** Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite**Diagramação** Designios Editoriais**Revisão** Silvana Cobocci**Capa** Tiago dela Rosa

**Produção gráfica** Marli Rampim  
 Sergio Luiz Pereira Lopes

**Impressão e acabamento** Bartira Gráfica

Lunardi, Fabrício Castagna

Curso de direito processual civil / Fabrício Castagna  
Lunardi. – 3. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.  
(Série IDP : Linha doutrina)1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título II.  
Série.

19-0799

CDU 347.9 (81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 347.9 (81)  
 2. Processo civil : Direito civil 347.9 (81)

**Data de fechamento da edição: 7-6-2019**Dúvidas? Acesse [www.editorasaraiva.com.br/direito](http://www.editorasaraiva.com.br/direito)

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 605877 CAE 654628

1153386

## SUMÁRIO

<i>Sobre o Autor</i> .....	5
<i>Agradecimentos</i> .....	9
<i>Lista de Abreviaturas</i> .....	11
<i>Nota do Autor à 3ª edição</i> .....	53
<i>Nota do Autor à 2ª edição</i> .....	55
<i>Apresentação</i> .....	57
<b>PARTE I TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO</b>	<b>59</b>
<b>CAPÍTULO I NOÇÕES GERAIS, CARACTERÍSTICAS, TENDÊNCIAS E PRINCÍPIOS</b>	<b>61</b>
1. O DIREITO PROCESSUAL CIVIL CONTEMPORÂNEO E O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 .....	61
1.1. Conceituação .....	61
1.2. O processo civil, o constitucionalismo e as teorias de direito contemporâneas com foco na decisão judicial .....	62
1.3. Há um neoprocessualismo no Brasil? .....	64
1.4. A necessidade de uma nova teoria crítica do processo civil .....	65
1.5. Processo civil contemporâneo: legitimação pelo procedimento e pela participação	67
1.6. O processo civil e as decisões judiciais: a legitimação democrática pelo controle discursivo .....	68
1.7. A análise econômica do processo civil: breves considerações .....	70
2. TENDÊNCIAS DO PROCESSO CIVIL .....	72
3. A ANÁLISE DO PROCESSO CIVIL A PARTIR DAS REGRAS E DOS PRINCÍPIOS: DIREITO E LINGUAGEM .....	73
4. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL .....	74
4.1. Princípio do devido processo legal .....	76
4.2. Princípio do acesso à justiça .....	77
4.3. Princípio da isonomia .....	79
4.4. Princípio da motivação das decisões judiciais .....	81

4.5. Princípio da publicidade .....	83
4.6. Princípio do contraditório .....	84
4.7. Princípio da cooperação .....	86
4.8. Princípio da boa-fé processual .....	88
4.8.1. Princípio da proteção da confiança .....	89
4.9. Princípio da ampla defesa .....	90
4.10. Princípio do juiz natural .....	91
4.11. Princípio da adequação e princípio da adaptabilidade do procedimento .....	91
4.12. Princípio da inércia da jurisdição e princípio do impulso oficial .....	93
4.13. Princípio da tempestividade da tutela jurisdicional, da duração razoável do processo ou da celeridade .....	93
4.14. Princípio da efetividade .....	94
4.15. Princípio da economia processual ou da eficiência .....	94
4.16. Princípio da primazia da decisão de mérito .....	95
4.17. Princípio da instrumentalidade .....	97
4.18. Princípio do duplo grau de jurisdição .....	97
4.19. Princípio da proporcionalidade .....	98
4.20. Regra da impossibilidade de o juiz decidir com base em fundamento sobre o qual as partes não puderam se manifestar .....	99
4.21. Regra do julgamento conforme a ordem cronológica de conclusão .....	101

## **CAPÍTULO II APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS E DIREITO ESTRANGEIRO 106**

1. A APLICABILIDADE DAS NORMAS PROCESSUAIS BRASILEIRAS E O DIREITO ESTRANGEIRO .....	106
2. A PROVA PRODUZIDA NO BRASIL PARA INSTRUIR PROCESSO ESTRANGEIRO .....	106

## **CAPÍTULO III DIREITO INTERTEMPORAL: VIGÊNCIA, APLICABILIDADE, EFICÁCIA E ULTRATIVIDADE DA LEI PROCESSUAL..... 108**

1. AS NORMAS PROCESSUAIS E O DIREITO INTERTEMPORAL.....	108
2. O CPC/2015 E OS PROCEDIMENTOS DE LEI ESPECIAL.....	108
3. PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E PROCEDIMENTO SUMÁRIO DO CPC/1973 ..	112
4. DAS REMISSÕES POR LEI ESPECIAL AO RITO SUMÁRIO, EXTINTO PELO CPC/2015 .....	112
5. DAS REMISSÕES FEITAS POR OUTRAS LEIS A DISPOSIÇÕES DO CPC/1973....	113
6. DO DIREITO PROBATÓRIO.....	113
7. FASE RECURSAL .....	113

## **CAPÍTULO IV JURISDIÇÃO..... 115**

1. CONCEITUAÇÃO E NOÇÕES GERAIS .....	115
2. CARACTERÍSTICAS DA JURISDIÇÃO .....	116

3. ESCOPOS DA JURISDIÇÃO .....	117
4. PRINCÍPIOS DA JURISDIÇÃO .....	117
5. JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA E JURISDIÇÃO CONTENCIOSA .....	118

**CAPÍTULO V EQUIVALENTES JURISDICIONAIS: AUTOTUTELA, AUTOCOMPOSIÇÃO (NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO) E HETEROCOMPOSIÇÃO (ARBITRAGEM)..... 120**

1. DEFINIÇÃO.....	120
2. AUTOTUTELA .....	121
3. ARBITRAGEM .....	121
3.1. Arbitragem interna .....	122
3.2. Arbitragem internacional .....	123
4. AUTOCOMPOSIÇÃO: NEGOCIAÇÃO, MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO.....	124
5. CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: CONCEITUAÇÃO, DIFERENCIAÇÃO E CARACTERÍSTICAS.....	125
5.1. A conciliação e a mediação como mecanismos prioritários de resolução de conflitos .....	127
5.2. Princípios da mediação e da conciliação. ....	128
5.3. Os centros judiciários de solução de conflitos e câmaras privadas de conciliação e mediação: composição, formação e atribuições .....	130
5.4. Câmaras administrativas de mediação e conciliação. ....	132
5.5. Objeto da mediação e da conciliação .....	133
5.6. Termo de mediação .....	134

**CAPÍTULO VI COMPETÊNCIA ..... 135**

1. CONCEITO E PRINCÍPIOS APLICÁVEIS.....	135
2. PERCURSO LÓGICO PARA DEFINIÇÃO DA COMPETÊNCIA.....	136
3. CRITÉRIOS DE COMPETÊNCIA.....	136
3.1. Competência interna/competência internacional .....	136
3.1.1. Competência concorrente da Justiça brasileira .....	136
3.1.2. Competência exclusiva da Justiça brasileira. ....	138
3.1.3. Inexistência de litispendência entre demandas que tramitam no Brasil e em Estado estrangeiro: conflito de jurisdições, <i>forum shopping</i> e <i>forum non conveniens</i> .....	138
3.1.4. Cláusula de eleição de foro em contrato internacional. ....	139
3.2. Competência interna .....	140
3.2.1. Competência material .....	140
3.2.2. Competência em razão da pessoa. ....	140
3.2.3. Competência em razão do valor. ....	141
3.2.4. Competência funcional .....	141

3.2.5. Competência territorial. . . . .	141
3.2.5.1. Competência territorial estabelecida para situações específicas	144
4. FORUM SHOPPING E FORUM NON CONVENIENS . . . . .	144
5. PERPETUATIO JURISDICTIONIS . . . . .	145
6. COMPETÊNCIA ABSOLUTA E COMPETÊNCIA RELATIVA . . . . .	145
6.1. Noções gerais . . . . .	145
7. CARACTERÍSTICAS E EFEITOS DA INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA E RELATIVA	146
7.1. Incompetência relativa. . . . .	146
7.2. Incompetência absoluta. . . . .	147
7.3. Quadro sinóptico das diferenças entre incompetência absoluta e relativa. . . . .	148
7.4. Procedimento para o reconhecimento da incompetência e efeitos da decisão: a regra da <i>Kompetenzkompetenz</i> . . . . .	149
8. MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA . . . . .	149
8.1. Noções gerais . . . . .	149
8.2. Conexão . . . . .	150
8.3. Continência . . . . .	151
8.4. Consequências da conexão e da continência . . . . .	152
8.5. Modificação de competência por risco de decisões conflitantes. . . . .	153
8.6. Foro de eleição . . . . .	154
8.7. Prorrogação da competência . . . . .	155
8.8. Alteração de competência por criação de nova vara . . . . .	155
9. CONFLITO DE COMPETÊNCIA . . . . .	156
9.1. Noções gerais, espécies e legitimidade . . . . .	156
9.2. Legitimidade . . . . .	156
9.3. Competência para julgar o conflito . . . . .	156
9.4. Procedimento do conflito de competência . . . . .	158
10. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL EM MATÉRIA CÍVEL . . . . .	160
10.1. Aspectos gerais . . . . .	160
10.2. Hipóteses de competência da Justiça Federal. . . . .	161
10.3. Competência da Justiça Estadual por delegação da Justiça Federal . . . . .	165
10.4. Consequência da intervenção de ente federal no processo. . . . .	166
11. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO APÓS A EC 45 / 2004: QUESTÕES POLÊMICAS E LIMITES TÊNUES COM A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL . . . . .	167
<b>CAPÍTULO VII COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E NACIONAL . . . . .</b>	<b>169</b>
1. COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL . . . . .	169
1.1. Noções gerais, definição e princípios . . . . .	169
1.2. Classificação . . . . .	170

1.3.	Objeto da cooperação internacional . . . . .	171
1.4.	Autoridade central brasileira . . . . .	171
1.5.	Acordos internacionais de cooperação jurídica . . . . .	172
1.6.	Procedimento da cooperação jurídica internacional . . . . .	174
1.6.1.	Pedido de cooperação jurídica internacional baseado em tratado . . . . .	174
1.6.2.	Pedido de cooperação jurídica internacional com base em reciprocidade (sem base em tratado) . . . . .	175
1.7.	Cooperação jurídica internacional direta e indireta: auxílio direto, carta rogatória e ação de homologação de decisão definitiva estrangeira . . . . .	175
1.8.	Auxílio direto: cooperação jurídica internacional direta . . . . .	175
1.9.	Homologação de decisão estrangeira definitiva e concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória: cooperação jurídica internacional indireta . . . . .	176
1.9.1.	Homologação de decisão definitiva . . . . .	177
1.9.2.	Concessão de <i>exequatur</i> à carta rogatória para decisões interlocutórias . . . . .	178
1.9.3.	Competência para cumprimento da decisão estrangeira (definitiva ou provisória) após homologação ou concessão do <i>exequatur</i> . . . . .	179
2.	COOPERAÇÃO NACIONAL . . . . .	180
<b>CAPÍTULO VIII AÇÃO . . . . .</b>		<b>183</b>
1.	TEORIAS DA AÇÃO . . . . .	183
1.1.	Teoria Civilista (ou Teoria Imanentista) . . . . .	183
1.2.	Teoria Concreta . . . . .	183
1.3.	Teoria do Direito Potestativo de Agir . . . . .	184
1.4.	Teoria Abstrata da Ação . . . . .	184
1.5.	Teoria Eclética da Ação . . . . .	185
2.	AS CONDIÇÕES DA AÇÃO . . . . .	185
2.1.	As condições da ação e a possibilidade jurídica do pedido continuam presentes no sistema processual civil brasileiro? . . . . .	185
2.2.	Legitimidade das partes . . . . .	189
2.2.1.	Questões sumuladas sobre legitimidade das partes . . . . .	190
2.3.	Interesse em agir (ou interesse processual) . . . . .	190
3.	CONSEQUÊNCIAS DA AUSÊNCIA DE UMA DAS CONDIÇÕES DA AÇÃO . . . . .	191
4.	TEORIA DA ASSERÇÃO (OU <i>PROSPETTAZIONE</i> ) . . . . .	192
5.	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES SEGUNDO A TEORIA QUINÁRIA DE PONTES DE MIRANDA . . . . .	192
5.1.	Ação declaratória . . . . .	192
5.2.	Ação constitutiva . . . . .	193
5.3.	Ação condenatória . . . . .	193
5.4.	Ação mandamental . . . . .	193
5.5.	Ação executiva . . . . .	194

<b>CAPÍTULO IX PROCESSO.....</b>	<b>195</b>
1. TEORIAS DO PROCESSO.....	195
1.1. Teoria da Relação Processual .....	195
1.2. Teoria da Situação Jurídica .....	196
1.3. Teoria da Categoria Jurídica Autônoma .....	196
1.4. Teoria do Módulo Processual .....	196
1.5. Teoria da Entidade Complexa .....	196
<b>CAPÍTULO X PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>198</b>
1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E O CPC/2015.....	198
2. CLASSIFICAÇÃO .....	198
3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS RELATIVOS AO JUIZ: INVESTIDURA, COMPETÊNCIA E IMPARCIALIDADE .....	199
3.1. Impedimento .....	199
3.2. Suspeição .....	200
3.2.1. Causas de impedimento e suspeição aos membros de tribunais, membros do Ministério Público, auxiliares da justiça e outros sujeitos imparciais do processo. ....	201
4. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS SUBJETIVOS RELATIVOS ÀS PARTES.....	201
5. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS INTERNOS OU INTRÍNSECOS.....	204
6. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS OBJETIVOS EXTRÍNSECOS OU NEGATIVOS..	205
7. QUADRO SINÓPTICO.....	206
<b>CAPÍTULO XI PARTES.....</b>	<b>207</b>
1. NOÇÕES GERAIS.....	207
2. REPRESENTAÇÃO E ASSISTÊNCIA.....	207
3. CURADOR ESPECIAL.....	208
3.1. Noções gerais .....	208
3.2. Hipóteses de nomeação de curador especial .....	208
4. SUCESSÃO PROCESSUAL, SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL E LEGITIMAÇÃO EXTRAORDINÁRIA .....	209
4.1. Legitimação extraordinária e substituição processual. ....	209
4.2. Sucessão processual .....	209
5. AUTORIZAÇÃO.....	210
6. CAPACIDADE POSTULATÓRIA.....	211
<b>CAPÍTULO XII DEVERES DAS PARTES E PROCURADORES.....</b>	<b>213</b>
1. BASE PRINCÍPIOLÓGICA E ASPECTOS GERAIS .....	213
2. DEVERES PROCESSUAIS E MULTA POR ATO ATENTATÓRIO À DIGNIDADE DA JUSTIÇA: <i>CONTEMPT OF COURT</i> .....	214



3. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ .....	218
4. DEVER DE LINGUAGEM: PROIBIÇÃO DE EXPRESSÕES OFENSIVAS.....	219
<b>CAPÍTULO XIII LITISCONSÓRCIO.....</b>	<b>221</b>
1. CONCEITO .....	221
2. CABIMENTO .....	221
3. CLASSIFICAÇÃO .....	222
4. LITISCONSÓRCIO ATIVO, PASSIVO E MISTO .....	222
5. LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO E FACULTATIVO .....	222
5.1. Litisconsórcio necessário .....	222
5.1.1. Causas da necessidade do litisconsórcio .....	224
5.2. Litisconsórcio facultativo e limitação do litisconsórcio multitudinário .....	225
6. LITISCONSÓRCIO UNITÁRIO E LITISCONSÓRCIO SIMPLES .....	227
6.1. Litisconsórcio unitário .....	227
6.1.1. Relações entre litisconsórcio unitário e necessário .....	227
6.2. Litisconsórcio simples .....	228
7. LITISCONSÓRCIO INICIAL E LITISCONSÓRCIO ULTERIOR .....	228
7.1. Litisconsórcio inicial .....	228
7.2. Litisconsórcio ulterior .....	228
8. EFEITOS DO LITISCONSÓRCIO.....	229
8.1. Prazos .....	229
8.2. Relações entre os litisconsortes.....	229
<b>CAPÍTULO XIV INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....</b>	<b>231</b>
1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....	231
1.1. O ingresso do terceiro no processo e a qualidade de parte .....	231
1.2. Os embargos de terceiros e a oposição seriam espécies de intervenção de terceiros? .....	232
1.3. A intervenção do <i>amicus curiae</i> e o incidente de desconsideração da personalidade jurídica são espécies de intervenção de terceiros no CPC/2015? .....	233
2. PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES EM RAZÃO DO CPC/2015.....	233
3. PROCEDIMENTOS EM QUE É CABÍVEL A INTERVENÇÃO DE TERCEIROS....	234
4. CASOS DE PROIBIÇÃO DE INTERVENÇÃO DE TERCEIRO.....	235
4.1. Nos Juizados Especiais.....	235
4.2. Nas ações do controle concentrado de constitucionalidade .....	235
5. CLASSIFICAÇÃO E ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....	235
6. ASSISTÊNCIA.....	236
6.1. Conceito, características e cabimento .....	236
6.2. Espécies de assistência .....	237

6.2.1. Assistência litisconsorcial .....	237
6.2.2. Assistência simples .....	237
6.3. Regime jurídico .....	238
6.4. Requisitos e procedimento .....	238
6.5. Efeito da intervenção .....	239
7. DENUNCIÇÃO DA LIDE.....	239
7.1. Noções gerais .....	239
7.2. Natureza jurídica .....	240
7.3. Cabimento .....	240
7.3.1. Denúnciação da lide ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam .....	241
7.3.2. Denúnciação da lide àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo .....	241
7.4. Momento processual adequado para requerer a denúnciação da lide .....	242
7.5. A situação jurídica gerada pela não denúnciação. ....	242
7.6. Prejudicialidade .....	242
7.7. Posição do denunciado na demanda principal .....	243
7.8. Incursões do Código de Defesa do Consumidor .....	245
7.9. Denúnciação <i>per saltum</i> e coletiva: inadmissibilidade .....	246
7.10. Denúnciação individual e limitação da denúnciação sucessiva .....	247
7.11. Denúnciação nas ações de responsabilidade civil do Estado .....	247
7.12. Hipóteses de inadmissibilidade da denúnciação da lide .....	248
8. CHAMAMENTO AO PROCESSO.....	249
8.1. Conceito .....	249
8.2. Hipóteses legais .....	249
8.3. Pressupostos para o chamamento .....	250
8.4. Ônus (desvantagens) do não chamamento .....	250
8.5. Chamamento ao processo no Código de Defesa do Consumidor .....	251
8.6. Chamamento ao processo no seguro de responsabilidade legal. ....	251
8.7. Não cabimento no processo de execução. ....	252
8.8. Chamamento ao processo nas obrigações alimentares. ....	252
9. RECURSO DE TERCEIRO .....	253
9.1. Conceito .....	253
9.2. Requisitos .....	253
10. INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	254
10.1. A desconsideração direta da personalidade jurídica e a desconsideração inversa .....	254
10.2. Hipóteses legais e requisitos: teoria maior e teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica .....	255

10.3. Legitimidade para requerer a desconsideração da personalidade jurídica . . . .	259
10.4. Legitimidade passiva: atingidos pela desconsideração da personalidade jurídica	260
10.5. Momento adequado para a desconsideração . . . . .	261
10.6. Autuação, processamento e decisão . . . . .	261
10.7. Recurso contra as decisões sobre o incidente . . . . .	263
11. INTERVENÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i> . . . . .	263
11.1. Conceito e base teórica . . . . .	263
11.2. Natureza jurídica . . . . .	265
11.3. Previsões legais no direito brasileiro. . . . .	266
11.4. Requisitos . . . . .	268
11.5. Legitimidade para requerer a intervenção . . . . .	268
11.6. Quem pode ser <i>amicus curiae</i> . . . . .	269
11.7. Poderes do <i>amicus curiae</i> . . . . .	269
11.8. Decisão que admite ou não o <i>amicus curiae</i> – irrecorribilidade . . . . .	270
11.9. O <i>amicus curiae</i> nos tribunais. . . . .	271
11.10. Não deslocamento de competência pela intervenção . . . . .	271
12. INTERVENÇÃO ESPECIAL DOS ENTES FEDERADOS . . . . .	272
<b>CAPÍTULO XV A FUNÇÃO DO JUIZ NO PROCESSO CIVIL CONTEMPORÂNEO</b>	<b>274</b>
1. O MAGISTRADO, A CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS E O ATIVISMO JUDICIAL . . . . .	274
2. O NOVO PAPEL DO JUIZ E O PROCESSO CIVIL . . . . .	275
3. RESPONSABILIDADE CIVIL DO MAGISTRADO . . . . .	277
4. A NECESSIDADE DE FORMAÇÃO HUMANÍSTICA E CONTINUADA DOS JUÍZES	277
5. OS PROBLEMAS DO AUMENTO DA ATIVIDADE PROCESSUAL NO CPC/2015: CUSTOS GLOBAIS, TEMPO DO PROCESSO E A FIGURA DO JUIZ GESTOR . . . . .	280
<b>CAPÍTULO XVI O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL.....</b>	<b>282</b>
1. MISSÃO CONSTITUCIONAL E NORMAS DE REGÊNCIA . . . . .	282
2. ATUAÇÃO COMO FISCAL DA ORDEM JURÍDICA. . . . .	283
3. PRERROGATIVAS PROCESSUAIS . . . . .	284
3.1. Quando atua como fiscal da ordem jurídica . . . . .	284
3.2. Prerrogativas do Ministério Público em geral . . . . .	285
4. A IMPORTÂNCIA DA ATUAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO E O TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA . . . . .	285
5. QUESTÕES PACIFICADAS NA JURISPRUDÊNCIA SOBRE A LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO PROCESSO CIVIL. . . . .	286
<b>CAPÍTULO XVII ADVOCACIA PÚBLICA.....</b>	<b>288</b>
1. A IMPORTÂNCIA DA ADVOCACIA PÚBLICA E O SEU PAPEL NO CENÁRIO JURÍDICO CONTEMPORÂNEO . . . . .	288

2.	PROCURADORIAS QUE REPRESENTAM JUDICIALMENTE OS ENTES ESTATAIS .....	289
2.1.	Advocacia-Geral da União .....	289
2.2.	Procuradorias Estaduais .....	290
2.3.	Procuradorias Municipais .....	291
3.	PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DO ENTE PÚBLICO.....	291
3.1.	Prerrogativas de prazo. ....	291
3.2.	Prerrogativa de intimação pessoal .....	292
4.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO PÚBLICO .....	292
<b>CAPÍTULO XVIII DEFENSORIA PÚBLICA .....</b>		<b>293</b>
1.	A IMPORTANTE FUNÇÃO E A DISCIPLINA CONSTITUCIONAL.....	293
2.	PRERROGATIVAS PROCESSUAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA.....	294
3.	RESPONSABILIDADE CIVIL DO DEFENSOR PÚBLICO .....	295
<b>CAPÍTULO XIX GRATUIDADE JUDICIÁRIA.....</b>		<b>296</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	296
2.	REQUISITOS.....	296
3.	ABRANGÊNCIA DO BENEFÍCIO .....	297
3.1.	Concessão total ou parcial da gratuidade judiciária .....	299
4.	MOMENTO E FORMA PARA REQUERER .....	299
4.1.	Gratuidade requerida no recurso .....	299
5.	IMPUGNAÇÃO À GRATUIDADE JUDICIÁRIA.....	299
6.	RECURSOS.....	300
7.	SUCUMBÊNCIA DO BENEFICIÁRIO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA: CONDENAÇÃO E SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE.....	301
8.	IMPORTÂNCIA DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA COMO INSTRUMENTO DO ACESSO À JUSTIÇA <i>VERSUS</i> ABUSO NA SUA CONCESSÃO: ANÁLISE CRÍTICA	301
<b>CAPÍTULO XX FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS.....</b>		<b>303</b>
1.	INTRODUÇÃO .....	303
2.	MODO OU FORMA <i>STRICTO SENSU</i> DOS ATOS PROCESSUAIS.....	303
2.1.	Segredo de Justiça: restrições à publicidade .....	304
2.2.	Uso do vernáculo .....	305
2.3.	Proibição de lançamento de cotas marginais e interlineares. ....	306
2.4.	Prática eletrônica de atos processuais. ....	306
3.	TEMPO.....	307
3.1.	Recesso forense, férias coletivas, feriados e tramitação de processos. ....	308
3.2.	A prática de atos processuais durante as férias forenses e feriados. ....	309

4. LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS .....	310
5. NEGÓCIOS PROCESSUAIS.....	311
6. CALENDÁRIO PROCESSUAL .....	317
7. PRAZOS PROCESSUAIS.....	319
7.1. Classificações .....	319
7.2. Prazos legais, judiciais e convencionais .....	319
7.3. Prazos dilatatórios e prazos peremptórios .....	320
7.4. Prazos próprios e impróprios .....	320
7.5. Início do prazo .....	320
7.6. Contagem dos prazos processuais .....	322
7.7. Prazo mínimo de antecedência para comparecimento ao processo .....	323
7.8. Prazo para os litisconsortes e prerrogativas de prazo do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Fazenda Pública .....	323
7.8.1. Litisconsortes .....	323
7.8.2. Ministério Público .....	324
7.8.3. Defensoria Pública .....	324
7.8.4. Fazenda Pública .....	324
7.9. Prazo processual e uso do fax .....	325
7.10. Férias forenses, recesso forense, feriados e suspensão dos prazos .....	325
7.11. Prazos e a Lei do Processo Eletrônico (Lei n. 11.419/2006) .....	326
8. PRECLUSÃO .....	327
<b>CAPÍTULO XXI    COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>328</b>
1. CITAÇÃO.....	328
1.1. Conceito .....	328
1.2. Local onde deverá ser feita a citação .....	329
1.3. Casos em que, temporariamente, não se pode fazer a citação .....	329
1.4. Classificação da citação .....	329
1.5. Citação postal .....	329
1.6. Citação por oficial de justiça .....	330
1.7. Citação por termo nos autos .....	330
1.8. Citação por meio eletrônico .....	331
1.9. Citação por hora certa .....	331
1.10. Citação por edital .....	332
2. INTIMAÇÃO .....	333
3. COMUNICAÇÃO/COOPERAÇÃO JURÍDICA ENTRE OS JUÍZOS.....	333
3.1. Carta de ordem, carta rogatória e carta precatória .....	333
3.2. Caráter itinerante .....	334
3.3. Prática de atos processuais por videoconferência .....	334

<b>CAPÍTULO XXII VÍCIOS E INVALIDADES PROCESSUAIS .....</b>	<b>336</b>
1. PRINCÍPIOS .....	336
1.1. Princípio da instrumentalidade .....	336
1.2. Princípio da finalidade .....	336
1.3. Princípio do prejuízo .....	337
1.4. Princípio do interesse .....	337
1.5. Princípio da causalidade .....	337
1.6. Princípio do aproveitamento .....	337
2. CLASSIFICAÇÃO DOS VÍCIOS PROCESSUAIS.....	338
2.1. Inexistência do ato processual .....	338
2.2. Invalidade do ato processual .....	338
2.3. Ineficácia do ato processual .....	339
2.4. Mera irregularidade .....	339
3. CONVALIDAÇÃO DO ATO PROCESSUAL.....	340
4. OBSERVAÇÕES FINAIS SOBRE INVALIDADES PROCESSUAIS.....	340
 <b>PARTE II TUTELAS PROVISÓRIAS: TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA ...</b>	 <b>341</b>
 <b>CAPÍTULO I TUTELAS DEFINITIVA E PROVISÓRIA.....</b>	 <b>343</b>
1. TUTELA DEFINITIVA E TUTELA PROVISÓRIA: DEFINIÇÃO E DIFERENCIAÇÃO .....	343
2. TUTELAS PROVISÓRIAS: CARACTERÍSTICAS.....	343
2.1. Sumariedade da cognição .....	343
2.2. Não definitividade .....	344
2.3. Temporariedade .....	345
2.4. Precariedade .....	345
2.5. Referibilidade .....	345
 <b>CAPÍTULO II TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA: ASPECTOS COMUNS</b>	 <b>346</b>
1. PRINCIPAIS INOVAÇÕES DO CPC/2015 E NOVA CLASSIFICAÇÃO .....	346
2. COMPETÊNCIA PARA AS TUTELAS PROVISÓRIAS .....	347
 <b>CAPÍTULO III TUTELAS DE URGÊNCIA.....</b>	 <b>349</b>
1. TUTELAS DE URGÊNCIA – OBJETO, CARACTERÍSTICAS E ESPÉCIES.....	349
1.1. Tutela antecipada e tutela cautelar: semelhanças e diferenças .....	349
1.2. Quadro sinóptico das semelhanças e diferenças .....	350
1.3. Distinção entre medida requerida liminarmente, medida liminar de procedimento especial, tutela cautelar e tutela antecipada .....	351
2. MEDIDAS CAUTELARES.....	353
2.1. Características específicas da tutela cautelar e CPC/2015 .....	353

2.2.	O poder geral de cautela e a inominação das cautelares . . . . .	354
2.3.	Diferenças entre arresto, sequestro e busca e apreensão. . . . .	356
3.	TUTELA ANTECIPADA: EFEITOS QUE PODEM SER ANTECIPADOS .....	356
4.	TUTELAS DE URGÊNCIA CONCEDIDAS LIMINARMENTE E O PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO.....	357
5.	REQUISITOS PARA AS TUTELAS DE URGÊNCIA .....	358
5.1.	Probabilidade do direito . . . . .	358
5.2.	Perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo . . . . .	359
5.3.	Possibilidade de exigência de caução para concessão das tutelas de urgência . . . . .	359
5.4.	A questão da irreversibilidade dos efeitos na tutela antecipada . . . . .	360
6.	DA FORMA DE REQUERER INCIDENTALMENTE A TUTELA ANTECIPADA E A TUTELA CAUTELAR .....	361
7.	PROCEDIMENTO DA TUTELA ANTECIPADA PREPARATÓRIA (COMO TUTELA DE URGÊNCIA).....	362
7.1.	Requisitos da petição inicial . . . . .	362
7.2.	Emenda à petição inicial . . . . .	363
7.3.	Procedimento conforme a concessão ou não concessão da tutela antecipada preparatória . . . . .	363
7.3.1.	Processamento no caso de indeferimento da tutela antecipada preparatória . . . . .	363
7.3.2.	Processamento no caso de concessão da tutela antecipada preparatória . . . . .	365
7.4.	Consequências da não interposição de recurso: estabilidade . . . . .	366
7.5.	Fluxograma . . . . .	370
8.	PROCEDIMENTO DA TUTELA CAUTELAR PREPARATÓRIA .....	371
8.1.	Requisitos da petição inicial . . . . .	371
8.2.	Processamento . . . . .	371
8.3.	Demanda principal e novo procedimento no mesmo processo . . . . .	373
8.4.	Eficácia da tutela cautelar preparatória . . . . .	373
8.5.	Decisão de mérito sobre a medida cautelar . . . . .	374
8.6.	Processamento e julgamento conjunto da tutela cautelar e da ação principal . . . . .	375
9.	SÃO CABÍVEIS MEDIDAS LIMINARES (DE PROCEDIMENTO ESPECIAL) PREPARATÓRIAS?.....	376
10.	PROCEDIMENTO NO CASO DE TUTELA PROVISÓRIA INDEFERIDA .....	377
<b>CAPÍTULO IV TUTELAS DA EVIDÊNCIA.....</b>		<b>378</b>
1.	ESPÉCIES DE TUTELA DA EVIDÊNCIA .....	378
1.1.	Requisito comum às tutelas da evidência: plausibilidade do direito. . . . .	378
1.2.	Tutela da evidência punitiva (art. 311, inc. I, CPC) . . . . .	379
1.3.	Tutela da evidência fundada em precedente obrigatório (art. 311, inc. II, CPC) . . . . .	380
1.4.	Tutela da evidência fundada em contrato de depósito (art. 311, inc. III, CPC). . . . .	381

1.5. Tutela da evidência fundada em prova documental indubitável (art. 311, inc. IV, CPC).....	382
2. A QUESTÃO DO PEDIDO INCONTROVERSO.....	383
<b>CAPÍTULO V TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA: QUESTÕES COMUNS</b>	<b>385</b>
1. LEGITIMIDADE PARA REQUERER AS TUTELAS PROVISÓRIAS.....	385
2. POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DE OFÍCIO PELO JUIZ.....	387
3. FUNGIBILIDADE ENTRE TUTELA ANTECIPADA E CAUTELAR.....	388
4. PROCEDIMENTOS EM QUE AS TUTELAS DE URGÊNCIA E DA EVIDÊNCIA SÃO CABÍVEIS.....	389
5. MOMENTO DA CONCESSÃO DAS TUTELAS PROVISÓRIAS.....	390
5.1. Tutela de urgência.....	390
5.2. Tutelas da evidência.....	391
6. TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.....	392
7. RECURSO CABÍVEL CONTRA DECISÃO QUE DECIDE AS TUTELAS PROVISÓRIAS.....	393
8. EFETIVAÇÃO E EFICÁCIA DAS TUTELAS PROVISÓRIAS.....	394
9. RESPONSABILIDADE CIVIL DO AUTOR DA CAUTELAR PELOS DANOS CAUSADOS PELA TUTELA PROVISÓRIA.....	395
<b>PARTE III FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO</b> .....	<b>397</b>
<b>CAPÍTULO I FORMAÇÃO DO PROCESSO</b> .....	<b>399</b>
1. ASPECTOS GERAIS.....	399
2. MOMENTO DA PROPOSITURA DA AÇÃO.....	400
<b>CAPÍTULO II SUSPENSÃO DO PROCESSO</b> .....	<b>401</b>
1. INTRODUÇÃO: CONCEITO, EFEITOS E CLASSIFICAÇÃO.....	401
2. HIPÓTESES DE SUSPENSÃO.....	402
<b>CAPÍTULO III EXTINÇÃO DO PROCESSO</b> .....	<b>406</b>
1. POSIÇÃO TOPOGRÁFICA.....	406
2. A EXTINÇÃO DO PROCESSO POR “SENTENÇA”.....	406
3. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DA PARTE ANTES DA EXTINÇÃO.....	407
<b>PARTE IV TUTELA DE CONHECIMENTO</b> .....	<b>409</b>
<b>CAPÍTULO I PROCEDIMENTO COMUM</b> .....	<b>411</b>
1. NOÇÕES GERAIS E CABIMENTO.....	412



<b>CAPÍTULO II PETIÇÃO INICIAL .....</b>	<b>413</b>
1. NOÇÕES GERAIS E CONCEITO .....	413
2. REQUISITOS DA PETIÇÃO INICIAL.....	413
3. EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL.....	415
4. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL .....	416
4.1. Causa .....	416
4.2. Hipóteses de indeferimento da petição inicial .....	417
4.3. Inépcia da petição inicial .....	417
4.4. Recurso cabível.....	417
5. A DEMANDA: PARTES, CAUSA DE PEDIR E PEDIDO .....	418
6. CAUSA DE PEDIR.....	418
7. PEDIDO.....	420
7.1. Conceito e classificação .....	420
7.2. Princípio da congruência: incidência e mitigação .....	420
7.3. Requisitos do pedido .....	421
7.4. Pedido genérico .....	422
8. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS.....	422
8.1. Cumulação própria e cumulação imprópria .....	422
8.1.1. Cumulação própria .....	422
8.1.2. Cumulação imprópria .....	423
8.2. Pedido alternativo .....	424
8.3. Cumulação inicial e ulterior .....	424
8.4. Requisitos da cumulação .....	425
9. PEDIDO IMPLÍCITO.....	425
10. VALOR DA CAUSA .....	427
11. GRATUIDADE JUDICIÁRIA .....	428
<b>CAPÍTULO III DISTRIBUIÇÃO E REGISTRO .....</b>	<b>429</b>
<b>CAPÍTULO IV ESTABILIDADE SUBJETIVA E OBJETIVA DA DEMANDA .....</b>	<b>432</b>
1. INTRODUÇÃO .....	432
2. ESTABILIDADE OBJETIVA DA DEMANDA: LIMITES AO ADITAMENTO E À ALTERAÇÃO DO PEDIDO .....	432
3. ESTABILIDADE SUBJETIVA DA DEMANDA .....	433
<b>CAPÍTULO V JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA.....</b>	<b>435</b>
1. INTRODUÇÃO .....	435
2. REQUISITOS.....	435
3. HIPÓTESES LEGAIS.....	436

4. HIPÓTESE ATÍPICA DE JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA: IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.....	437
5. RECURSO.....	438
5.1. Sobre a aplicabilidade da Teoria da Causa Madura .....	439
<b>CAPÍTULO VI AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO E DE MEDIAÇÃO.....</b>	<b>441</b>
1. NOÇÕES GERAIS .....	441
2. HIPÓTESES DE NÃO DESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA.....	441
3. SOBRE A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E DE MEDIAÇÃO: ATOS PROCESSUAIS PRÉVIOS, FORMA, CONTEÚDO E HOMOLOGAÇÃO.....	443
<b>CAPÍTULO VII RESPOSTAS DO RÉU: TEORIA DAS EXCEÇÕES, CONTESTAÇÃO, REVELIA E RECONVENÇÃO.....</b>	<b>446</b>
1. TEORIA DAS EXCEÇÕES .....	446
1.1. Acepções do termo “exceção” .....	446
1.2. A garantia constitucional do direito de defesa .....	446
1.3. Conteúdo da defesa e classificações .....	447
2. RESPOSTA E OUTRAS ATITUDES DO RÉU .....	449
3. CONTESTAÇÃO .....	449
3.1. Introdução .....	449
3.2. Prazo para contestação .....	450
3.2.1. Contagem do prazo: regras gerais .....	450
3.2.2. Contagem de prazo para o caso de litisconsórcio passivo .....	451
3.2.3. Prerrogativas de prazo para contestação .....	452
3.2.3.1. Litisconsórcio .....	452
3.2.4. Fazenda Pública, Defensoria Pública e Ministério Público .....	453
3.2.5. Divergência entre a data da juntada do mandado e a informação no sistema informatizado sobre autos físicos .....	453
3.3. Princípio da eventualidade ou da concentração, ônus da impugnação especificada dos fatos e contestação por negativa geral .....	454
3.4. Preliminares de contestação .....	454
3.4.1. Inexistência ou nulidade da citação (inc. I).....	455
3.4.2. Incompetência absoluta e relativa (inc. II) .....	455
3.4.2.1. Aspectos gerais .....	455
3.4.2.2. Cláusula de eleição de foro .....	455
3.4.2.3. Processamento em razão da alegação de incompetência.....	456
3.4.3. Impugnação ao valor da causa (inc. III) .....	457
3.4.4. Inépcia da petição inicial (inc. IV).....	458
3.4.5. Perempção, litispendência e coisa julgada (incs. V, VI e VII) .....	458
3.4.6. Conexão (inc. VIII) e continência .....	458

3.4.7. Incapacidade da parte, defeito de representação ou falta de autorização (inc. IX) . . . . .	459
3.4.8. Convenção de arbitragem (inc. X) . . . . .	459
3.4.9. Ausência de legitimidade ou de interesse processual (inc. XI) . . . . .	459
3.4.10. Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (inc. XII) . . . . .	459
3.4.11. Indevida concessão do benefício de gratuidade de justiça (inc. XIII) . . . . .	459
3.5. Correção de vício de ilegitimidade passiva: indicação daquele que deve figurar no polo passivo. . . . .	460
3.6. Intervenção de terceiro provocada pelo réu. . . . .	461
3.7. Apresentação de documentos e requerimento de provas . . . . .	462
3.8. Alegação de falsidade documental . . . . .	462
3.9. Contestação e interesse no julgamento do mérito da demanda. . . . .	463
4. RECONVENÇÃO.....	463
4.1. Conceito, forma e prazo . . . . .	463
4.2. Requisitos . . . . .	463
4.3. Procedimento. . . . .	464
4.4. Reconvenção e honorários advocatícios. . . . .	465
4.5. Recursos . . . . .	465
4.6. Juizados Especiais. . . . .	466
4.7. Reconvenção e ações de procedimento especial . . . . .	466
5. REVELIA E EFEITOS.....	468
5.1. Definição . . . . .	468
5.2. Efeitos da revelia . . . . .	468
5.3. Outras questões relativas à revelia e aos seus efeitos. . . . .	470
5.4. Contestação apresentada intempestivamente . . . . .	471
6. EXCEÇÕES DE IMPEDIMENTO E DE SUSPEIÇÃO .....	472
6.1. O impedimento e a suspeição . . . . .	472
6.2. Exceção de impedimento e de suspeição: forma, prazo e características gerais . . . . .	472
6.3. Processamento da exceção de suspeição ou de impedimento . . . . .	474
6.4. Suspensão do processo e dos demais prazos . . . . .	474
6.5. Julgamento da exceção de impedimento ou suspeição . . . . .	475
6.6. Impedimento e suspeição aos membros de tribunais, membros do Ministério Público, auxiliares da justiça e outros sujeitos imparciais do processo. . . . .	476
<b>CAPÍTULO VIII FASE DE ORDENAMENTO OU DE SANEAMENTO DO PROCESSO</b>	<b>477</b>
1. DAS PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES .....	477
2. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO .....	478
2.1. Extinção do processo (art. 354, CPC) . . . . .	478
2.2. Julgamento antecipado total ou parcial do mérito . . . . .	479

3. SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO .....	480
---	-----

## **CAPÍTULO IX AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO..... 482**

1. DEFINIÇÃO, FORMA, NATUREZA JURÍDICA, OBJETO E CARACTERÍSTICAS .	482
2. ORDEM DA AUDIÊNCIA.....	482
3. AUSÊNCIA INJUSTIFICADA DAS TESTEMUNHAS, DAS PARTES OU DOS ADVOGADOS .....	483
4. DOCUMENTAÇÃO DA AUDIÊNCIA.....	484

## **CAPÍTULO X DIREITO PROBATÓRIO ..... 485**

1. TEORIA GERAL DA PROVA.....	485
1.1. Conceito, normatização e objeto . . . . .	485
1.2. Características do fato probando . . . . .	485
2. FATOS QUE INDEPENDEM DE PROVA .....	486
3. PROVA DO DIREITO .....	486
4. DESTINATÁRIOS DA PROVA.....	486
5. SISTEMAS DE APRECIÇÃO DAS PROVAS .....	487
6. PRINCÍPIOS QUE REGEM O DIREITO PROBATÓRIO.....	488
6.1. Princípio da liberdade dos meios de prova (ou atipicidade dos meios de prova)	488
6.2. Princípio inquisitivo . . . . .	489
6.3. Princípio da busca da verdade possível . . . . .	489
6.4. Princípio da persuasão racional. . . . .	490
6.5. Princípio da comunhão da prova ou da aquisição processual da prova . . . . .	490
6.6. Princípio da necessidade da prova. . . . .	491
6.7. A extinção do princípio da identidade física do juiz no processo civil . . . . .	492
6.8. Princípio da proibição da prova ilícita . . . . .	492
7. MEIOS DE PROVA.....	494
8. PODERES INSTRUTÓRIOS DO JUIZ .....	494
9. PROCEDIMENTO DA PROVA .....	494
10. PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVA.....	495
10.1. Introito . . . . .	495
10.2. Hipóteses . . . . .	495
10.3. Procedimento da antecipação de prova . . . . .	496
10.4. Arrolamento de bens (com objetivo de documentação) . . . . .	497
10.5. Justificação . . . . .	497
11. ÔNUS DA PROVA .....	498
11.1. Conceito . . . . .	498
11.2. Teorias . . . . .	498
11.2.1. Teoria adotada pelo CPC/2015 . . . . .	499

11.3. Ônus do autor e ônus do réu. ....	499
12. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA.....	499
12.1. Espécies de inversão do ônus da prova. ....	500
12.1.1. Inversão <i>ope judicis</i> .....	500
12.1.2. Inversão <i>ope legis</i> . ....	501
12.1.3. Inversão convencional. ....	502
12.2. Inversão do ônus probatório quando a prova é impossível de ser produzida ..	503
12.3. O momento adequado para a inversão do ônus da prova. ....	505
12.4. Inversão do ônus da prova na tutela de direitos coletivos. ....	509
12.5. Inversão do ônus da prova nas relações de consumo .....	509
12.5.1. Espécies de inversão do ônus da prova nas relações de consumo .....	510
12.5.1.1. Inversão <i>ope legis</i> .....	510
12.5.2. Inversão <i>ope judicis</i> no Código de Defesa do Consumidor .....	511
12.5.2.1. Inversão do ônus da prova no caso de relações de consumo envolvendo profissionais liberais com responsabilidade subjetiva	514
13. CUSTEIO DA REALIZAÇÃO DA PROVA.....	515
14. RECUSA DA PARTE A SE SUBMETTER À PROVA .....	516
15. CLASSIFICAÇÃO DA PROVA.....	517
16. PROVA DIABÓLICA .....	517
17. PROVA EMPRESTADA.....	518
18. PROVAS EM ESPÉCIE .....	519
19. PROVA DOCUMENTAL.....	519
19.1. Conceito, distinções e características .....	519
19.2. Exibição de documento ou coisa .....	520
19.3. Força probante dos documentos. ....	522
19.4. Arguição de falsidade documental .....	522
20. ATA NOTARIAL.....	523
21. DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS.....	525
22. DEPOIMENTO PESSOAL.....	525
23. PROVA TESTEMUNHAL.....	526
24. PROVA PERICIAL.....	530
25. INSPEÇÃO JUDICIAL.....	531
26. A QUESTÃO DA PROVA QUE DEVE SER MANTIDA EM SIGILO.....	531
<b>CAPÍTULO XI TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL .....</b>	<b>533</b>
1. AS DECISÕES JUDICIAIS.....	533
1.1. A problemática das decisões interlocutórias de mérito. ....	534
2. O NOVO CONCEITO LEGAL DE SENTENÇA E A PROBLEMÁTICA DO RECURSO CABÍVEL .....	534

3. REQUISITOS DA SENTENÇA .....	538
3.1. Requisitos facultativos .....	538
3.1.1. Preâmbulo .....	538
3.1.2. Ementa .....	539
3.2. Elementos essenciais da sentença .....	539
3.2.1. Relatório .....	540
3.2.2. Fundamentação .....	540
3.2.2.1. O desenvolvimento argumentativo da fundamentação – as novas exigências do § 1º do art. 489 do CPC/2015. ....	541
3.2.2.2. Princípio ou critério da proporcionalidade (ponderação ou sopesamento): definição e crítica .....	545
3.2.3. Dispositivo .....	549
4. HIPÓTESES EM QUE NÃO HAVERÁ RESOLUÇÃO DO MÉRITO .....	549
4.1. Possibilidade de julgamento de mérito quando essa decisão for favorável à parte a quem aproveitaria o reconhecimento de vício processual .....	553
5. HIPÓTESES DE RESOLUÇÃO DO MÉRITO .....	554
6. CAPÍTULOS DE SENTENÇA .....	557
7. CLASSIFICAÇÕES DA SENTENÇA .....	558
7.1. Decisão definitiva e decisão terminativa .....	558
7.2. Sentenças declaratória, constitutiva, condenatória, mandamental e executiva.	559
8. DECISÃO SOBRE OS PEDIDOS .....	561
9. CONGRUÊNCIA DA SENTENÇA .....	561
10. FATO SUPERVENIENTE .....	562
11. EFEITOS DA SENTENÇA .....	562
12. INALTERABILIDADE DA SENTENÇA PELO JUIZ .....	563
13. ESPECIFICIDADES DA TUTELA JURISDICIONAL .....	563
13.1. Tutela jurisdicional diferenciada .....	563
13.2. Tutela específica e tutela pelo equivalente em dinheiro .....	563
13.3. Tutela preventiva e tutela repressiva. ....	564
13.4. Tutela inibitória e tutela da remoção do ilícito .....	564
14. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA .....	564
14.1. Condenação ao pagamento das despesas processuais e dos honorários advocatícios: sucumbência e causalidade .....	564
14.2. Despesas processuais .....	565
14.3. A questão dos honorários advocatícios sucumbenciais – a desnaturalização da questão .....	566
14.4. Honorários advocatícios: arbitramento, possibilidades e limites .....	567
14.5. Percentual de honorários, majoração e redução em casos especiais .....	569
14.6. Análise crítica .....	570
14.7. Questões peculiares .....	572

<b>CAPÍTULO XII COISA JULGADA .....</b>	<b>575</b>
1. CONCEPÇÕES, CARACTERÍSTICAS E DISTINÇÕES.....	575
2. CLASSIFICAÇÃO: COISA JULGADA FORMAL E COISA JULGADA MATERIAL...	576
3. LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA COISA JULGADA .....	577
3.1. Limites objetivos .....	577
3.1.1. Regra geral .....	577
3.1.2. A coisa julgada material da resolução da questão prejudicial .....	577
3.2. Limites subjetivos da coisa julgada .....	579
4. EFEITOS DA COISA JULGADA .....	579
5. MODOS DE PRODUÇÃO DE COISA JULGADA: <i>PRO ET CONTRA</i> , <i>SECUNDUM EVENTUM LITIS</i> E <i>SECUNDUM EVENTUM PROBATIONIS</i> .....	580
6. RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA .....	581
7. COISA JULGADA NAS SENTENÇAS DETERMINATIVAS .....	582
<b>PARTE V RECURSOS.....</b>	<b>585</b>
<b>CAPÍTULO I TEORIA GERAL DOS RECURSOS.....</b>	<b>587</b>
1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E OBJETO.....	587
2. CLASSIFICAÇÃO .....	587
2.1. Recursos parciais e totais .....	587
2.2. Recursos de fundamentação livre e de fundamentação vinculada .....	588
2.3. Recursos ordinários e extraordinários .....	588
3. ATOS JUDICIAIS SUJEITOS A RECURSO.....	588
4. PRINCÍPIOS RECURSAIS.....	589
4.1. Princípio da taxatividade .....	589
4.2. Princípio da unirecorribilidade .....	590
4.3. Princípio da dialeticidade .....	590
4.4. Princípio da fungibilidade .....	590
5. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE .....	590
6. PRESSUPOSTOS RECURSAIS (REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE).....	591
6.1. Legitimidade para recorrer .....	591
6.2. Cabimento .....	591
6.3. Interesse recursal .....	591
6.4. Prazo geral e tempestividade .....	592
6.5. Regularidade formal .....	593
6.6. Preparo .....	594
7. DESISTÊNCIA.....	595
8. RENÚNCIA .....	596
9. JUÍZO DE MÉRITO DO RECURSO .....	596

10. PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS .....	597
11. EFEITOS DO RECURSO .....	598
11.1. Efeito devolutivo .....	598
11.2. Efeito suspensivo .....	598
11.3. Impedimento do trânsito em julgado. ....	600
11.4. Efeito regressivo ou juízo de retratação .....	600
11.5. Efeito extensivo ou expansivo subjetivo .....	601
11.6. Efeito substitutivo .....	601
12. RECURSO ADESIVO .....	602
<b>CAPÍTULO II APELAÇÃO.....</b>	<b>604</b>
1. CABIMENTO, CARACTERÍSTICAS, FORMA, PRAZO, EXTENSÃO E PROFUNDIDADE .....	604
2. EFEITOS .....	604
3. PROCEDIMENTO .....	606
3.1. Processamento da apelação pelo juízo <i>a quo</i> .....	606
3.2. Processamento e julgamento da apelação pelo juízo <i>ad quem</i> .....	606
4. TEORIA DA CAUSA MADURA .....	607
5. APELAÇÃO CONTRA SENTENÇA DE JULGAMENTO LIMINAR DE IMPROCEDÊNCIA .....	608
<b>CAPÍTULO III AGRAVO DE INSTRUMENTO.....</b>	<b>611</b>
1. CONCEITO, CABIMENTO, PRAZO E ESPÉCIES.....	611
2. INTERPOSIÇÃO E PROCESSAMENTO .....	613
3. QUESTÕES COMPLEXAS E POLÊMICAS .....	617
<b>CAPÍTULO IV DO AGRAVO INTERNO.....</b>	<b>621</b>
<b>CAPÍTULO V EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....</b>	<b>623</b>
1. CONCEITO, PRAZO E CABIMENTO.....	623
2. EFEITOS (DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO) .....	624
3. EFEITO MODIFICATIVO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (EFEITOS INFRINGENTES).....	625
4. INTERRUÇÃO DO PRAZO .....	626
5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS .....	627
6. EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARA PREQUESTIONAMENTO.....	627
7. COMPLEMENTARIEDADE E EMBARGOS DE DECLARAÇÃO .....	628
<b>CAPÍTULO VI RECURSO ORDINÁRIO .....</b>	<b>629</b>
1. CONCEITO E CARACTERÍSTICAS .....	629



2. COMPETÊNCIA RECURSAL E HIPÓTESES DE CABIMENTO.....	629
3. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE.....	631
4. LEGITIMIDADE .....	632
5. PROCEDIMENTO .....	632
<b>CAPÍTULO VII RECURSO EXTRAORDINÁRIO E RECURSO ESPECIAL.....</b>	<b>634</b>
1. NOÇÕES GERAIS .....	634
2. PRAZO.....	634
3. FORMA DO RECURSO ESPECIAL E DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....	635
4. PROCEDIMENTO .....	635
5. RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....	636
5.1. Função constitucional .....	636
5.2. Cabimento .....	636
5.3. Repercussão geral no recurso extraordinário .....	638
6. RECURSO ESPECIAL.....	639
6.1. Mister constitucional .....	639
6.2. Cabimento .....	639
7. PREQUESTIONAMENTO .....	642
8. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL E DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....	643
8.1. Recursos contra decisão que inadmite RE ou REsp .....	644
8.1.1. Agravo interno para o tribunal de segunda instância .....	644
8.1.2. Agravo para o STJ ou para o STF .....	644
9. EFEITO DEVOLUTIVO NOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO .....	646
10. ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO NOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO .....	647
11. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONTRA DECISÃO DO STJ NO RECURSO ESPECIAL.....	647
12. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO REPETITIVOS .....	647
13. QUESTÕES ESPECIAIS .....	649
<b>CAPÍTULO VIII EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....</b>	<b>651</b>
<b>PARTE VI TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS, ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL, AÇÕES, INCIDENTES E MEIOS AUTÔNOMOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS DE COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS .....</b>	<b>655</b>
<b>CAPÍTULO I TEORIA DOS PRECEDENTES JUDICIAIS.....</b>	<b>657</b>
1. INTRODUÇÃO .....	657

2. CONCEITUAÇÃO, ESCOPOS E RISCOS DA ADOÇÃO DA TEORIA DOS PRECEDENTES NO BRASIL .....	660
3. EFEITOS DOS PRECEDENTES NO BRASIL .....	663
3.1. Classificação e distinção .....	663
3.2. Os precedentes e o regramento do CPC/2015 .....	664
3.3. Precedentes vinculantes, persuasivos e com força intermediária .....	665
3.3.1. Precedentes vinculantes .....	665
3.3.2. Precedentes com força intermediária .....	665
3.3.2.1. Precedentes que autorizam julgamento liminar de improcedência .....	666
3.3.2.2. Precedentes que constituem hipótese de concessão de tutela da evidência .....	666
3.3.2.3. Precedentes que autorizam procuradores judiciais de pessoas jurídicas de direito público a não propor ações e a não interpor recursos .....	666
3.3.2.4. Precedentes que autorizam o julgamento monocrático pelo relator .....	667
3.3.2.5. Precedentes que geram dispensa de reexame necessário .....	667
3.3.2.6. Precedentes que implicam dispensa de remeter a controvérsia sobre a constitucionalidade para plenário ou órgão especial (art. 97, CF) .....	668
3.3.2.7. Precedentes que geram inexigibilidade de título executivo judicial e possibilidade de ação rescisória .....	668
3.3.2.8. Precedente que autoriza a interposição de recurso especial ..	668
3.3.2.9. Precedentes que, se contrariados, constituem hipótese de repercussão geral para a finalidade de conhecimento de recurso extraordinário .....	669
3.3.2.10. Precedente que autoriza órgão <i>a quo</i> não conhecer de recurso extraordinário por falta de repercussão geral .....	669
3.3.2.11. Precedentes que autorizam o presidente ou o vice-presidente do tribunal de origem a negar seguimentos a RE ou a REsp sobrestados na origem, ou a reexaminar o acórdão já proferido .....	669
3.3.3. Precedentes meramente persuasivos .....	669
3.4. Quadro sinóptico dos efeitos dos precedentes .....	670
4. INTERPRETAÇÃO, TÉCNICAS DE CONFRONTO E DE SUPERAÇÃO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS .....	671
4.1. <i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i> .....	671
4.2. Técnicas de confronto e de superação dos precedentes judiciais: <i>distinguishing</i> , <i>overruling</i> , <i>overriding</i> e <i>signaling</i> .....	672
4.2.1. <i>Distinguishing</i> .....	672
4.2.2. Técnicas de superação do precedente: <i>overruling</i> , <i>overriding</i> e <i>signaling</i> .....	673
4.3. Quadro sistemático .....	675

4.4. O CPC brasileiro e a teoria dos precedentes .....	676
5. QUEM ESTÁ OBRIGADO A OBEDECER AO PRECEDENTE? QUAIS AS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS PARA A SUA NÃO OBSERVÂNCIA? .....	678
6. GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES .....	680
7. O CARÁTER PERFORMATIVO DO DIREITO, A NECESSIDADE DE AMADURECIMENTO DE DECISÕES E O EXPERIMENTALISMO INSTITUCIONAL: POR UMA ANÁLISE REFLEXIVA DO NOVO SISTEMA DE PRECEDENTES .....	681
<b>CAPÍTULO II ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL.....</b>	<b>686</b>
<b>CAPÍTULO III REEXAME NECESSÁRIO .....</b>	<b>687</b>
1. CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E NATUREZA JURÍDICA .....	687
2. CABIMENTO .....	687
3. REEXAME NECESSÁRIO E JULGAMENTO .....	689
<b>CAPÍTULO IV TÉCNICA DE JULGAMENTO CONTRA ACÓRDÃO NÃO UNÂNIME DA APELAÇÃO, DO AGRAVO DE INSTRUMENTO E DA AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>690</b>
1. NOÇÕES GERAIS .....	690
2. HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	691
3. PRAZOS PARA OS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO .....	693
<b>CAPÍTULO V DO INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....</b>	<b>694</b>
1. DEFINIÇÃO E ADMISSIBILIDADE .....	694
2. PROCEDIMENTO .....	695
3. FORÇA VINCULANTE E DEMAIS EFEITOS .....	695
<b>CAPÍTULO VI DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE</b>	<b>697</b>
1. DEFINIÇÃO, OBJETO E COMPETÊNCIA .....	697
2. PROCEDIMENTO E VINCULAÇÃO .....	699
<b>CAPÍTULO VII DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA .....</b>	<b>702</b>
<b>CAPÍTULO VIII DA HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXEQUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....</b>	<b>703</b>
<b>CAPÍTULO IX AÇÃO RESCISÓRIA.....</b>	<b>704</b>
1. FORMAS DE DESCONSTITUIÇÃO DA COISA JULGADA .....	704
2. PRESSUPOSTOS PARA A RESCISÃO .....	704

2.1. Decisão de mérito transitada em julgado .....	705
2.2. Ocorrência de uma das hipóteses de rescindibilidade previstas no art. 966 do CPC .....	706
2.3. Obediência ao prazo decadencial .....	706
3. HIPÓTESES DE ANULAÇÃO E DE RESCISÃO EM RELAÇÃO A ATOS DE DISPOSIÇÃO DE VONTADE .....	707
4. LEGITIMIDADE .....	709
4.1. Legitimidade ativa .....	709
4.2. Legitimidade passiva .....	710
5. COMPETÊNCIA .....	710
6. HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	712
6.1. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (inc. I) .....	712
6.2. Impedimento ou incompetência absoluta (inc. II) .....	712
6.2.1. Impedimento .....	712
6.2.2. Incompetência absoluta .....	713
6.3. Dolo, coação, simulação ou colusão (inc. III) .....	713
6.4. Coisa julgada (inc. IV) .....	714
6.5. Violação manifesta à norma jurídica (inc. V) .....	715
6.6. Prova falsa (inc. VI) .....	716
6.7. Documento novo (inc. VII) .....	716
6.8. Erro de fato (inc. VIII) .....	717
6.9. Decisão de mérito inconstitucional .....	717
7. CASOS DE NÃO CABIMENTO DE AÇÃO RESCISÓRIA .....	718
8. PROCEDIMENTO .....	718
8.1. Petição inicial .....	718
8.2. Depósito prévio .....	719
8.3. Emenda, indeferimento da petição inicial e julgamento liminar de improcedência .....	720
8.4. Tutelas de urgência .....	720
8.5. Contestação .....	720
8.6. Reconvenção .....	721
8.7. Provas .....	721
8.8. Intervenção do MP .....	721
8.9. Alegações finais .....	722
8.10. Sustentação oral .....	722
8.11. Julgamento: juízo rescindente e juízo rescisório .....	722
9. RECURSOS .....	722
10. RESCISÓRIA DE RESCISÓRIA .....	723
<b>CAPÍTULO X DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR)</b> .....	<b>724</b>
1. DEFINIÇÃO E ESCOPO .....	724

2. CABIMENTO .....	725
3. COMPETÊNCIA .....	727
4. LEGITIMIDADE PARA O PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE .....	728
5. PROCESSAMENTO .....	728
5.1. Petição ou ofício de instauração .....	728
5.2. Juízo de admissibilidade .....	728
5.3. Suspensão dos processos no âmbito do respectivo tribunal e/ou em âmbito nacional .....	728
5.4. Publicidade ampla do incidente .....	729
5.5. Requisição de informações aos órgãos jurisdicionais vinculados ao tribunal ..	729
5.6. Oitiva das partes e interessados .....	730
5.7. Audiência pública e intervenção do <i>amicus curiae</i> .....	730
5.8. Intervenção do Ministério Público .....	730
5.9. Desistência ou abandono .....	730
5.10. Julgamento do incidente .....	730
5.11. Inaplicabilidade da técnica de julgamento de acórdãos não unânimes .....	731
5.12. Recursos especial e extraordinário contra o acórdão que julga o incidente ...	732
6. APLICABILIDADE DA TESE JURÍDICA FIRMADA NO INCIDENTE .....	732
7. EFEITOS DO JULGAMENTO DE DEMANDAS REPETITIVAS PARA OUTROS PROCESSOS E INCLUSIVE PARA PROCESSOS FUTUROS .....	733
8. POSSIBILIDADE DE REVISÃO DA TESE JURÍDICA PELO PRÓPRIO TRIBUNAL .....	733
9. RENOVAÇÃO DO PEDIDO DE INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE .....	734
<b>CAPÍTULO XI DA RECLAMAÇÃO .....</b>	<b>735</b>
1. CONCEITO, COMPETÊNCIA, NATUREZA JURÍDICA E CARACTERÍSTICAS....	735
2. HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	735
3. A NECESSÁRIA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO CORRESPONDENTE .....	737
4. LEGITIMIDADE .....	738
5. PROCEDIMENTO .....	738
6. RECLAMAÇÃO PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E PARA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....	739
6.1. Reclamação ao Supremo Tribunal Federal .....	740
6.2. Reclamação ao Superior Tribunal de Justiça .....	740
<b>CAPÍTULO XII SUSPENSÃO DE SEGURANÇA .....</b>	<b>742</b>
1. QUESTÕES INTRODUTÓRIAS .....	742
2. NATUREZA JURÍDICA E FUNDAMENTO .....	743
3. LEGITIMIDADE ATIVA .....	744
4. COMPETÊNCIA .....	745

5. PROCEDIMENTO .....	746
6. RECURSOS CONTRA A DECISÃO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA E NOVO PEDIDO DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA .....	747
7. JULGAMENTO CONJUNTO DE PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA E EXTENSÃO DA SUSPENSÃO A LIMINARES SUPERVENIENTES .....	748
8. EFICÁCIA TEMPORAL DA SUSPENSÃO DA SEGURANÇA .....	748
<b>PARTE VII LIQUIDAÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA .....</b>	<b>751</b>
<b>CAPÍTULO I LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA.....</b>	<b>753</b>
1. DEFINIÇÃO, OBJETO E SINCRETISMO .....	753
2. COMPETÊNCIA .....	753
3. LEGITIMIDADE PARA REQUERER .....	754
4. ESPÉCIES DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA .....	754
4.1. Liquidação por cálculo .....	754
4.2. Liquidação por arbitramento .....	755
4.3. Liquidação pelo procedimento comum .....	756
5. PROCEDIMENTO .....	756
6. FIDELIDADE AO TÍTULO .....	757
7. LIQUIDAÇÃO ZERO .....	758
8. RECURSO CONTRA A DECISÃO DE LIQUIDAÇÃO .....	758
9. LIMITAÇÃO DO LITISCONSÓRCIO NA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA .....	759
10. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NAS AÇÕES COLETIVAS .....	759
10.1. Liquidação de sentença da ação civil pública .....	759
10.2. Liquidação da sentença na ação popular .....	761
<b>CAPÍTULO II CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.....</b>	<b>762</b>
1. NOÇÕES GERAIS E IMPORTÂNCIA .....	762
2. O SINCRETISMO PROCESSUAL .....	763
3. TÍTULOS EXECUTIVOS JUDICIAIS .....	763
4. COMPETÊNCIA PARA O CUMPRIMENTO DE SENTENÇA .....	765
5. PROTESTO DA DECISÃO JUDICIAL .....	767
6. CUMPRIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DE SENTENÇA .....	768
6.1. Cumprimento provisório de sentença .....	768
6.2. Cumprimento definitivo da sentença .....	771
7. CUMPRIMENTO DEFINITIVO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA EM GERAL ...	771
7.1. Petição inicial .....	771

7.2.	Intimação do requerido, possibilidade de pagamento e incidência de multa e honorários .....	772
7.3.	Impugnação ao cumprimento de sentença .....	773
7.3.1.	Prazo e processamento .....	773
7.3.2.	Hipóteses de cabimento .....	774
7.3.3.	Efeito suspensivo .....	777
7.3.4.	Questões supervenientes ao término do prazo de impugnação .....	777
7.3.5.	Julgamento da impugnação .....	777
7.4.	Procedimento da fase executiva, após o não cumprimento voluntário .....	778
7.5.	Pagamento espontâneo pelo réu antes do início da fase de cumprimento de sentença .....	779
7.6.	Parcelamento .....	780
8.	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAR ALIMENTOS .....</b>	<b>781</b>
8.1.	As peculiaridades da obrigação alimentar e a prisão civil como meio coercitivo para o seu cumprimento: aspectos constitucionais .....	781
8.2.	Cumprimento provisório e definitivo, autuação e processamento .....	782
8.3.	Competência territorial .....	783
8.4.	Procedimentos para o cumprimento da sentença que fixa obrigação de prestar alimentos .....	783
8.4.1.	Cumprimento de sentença que fixa alimentos pelo desconto em folha de pagamento .....	784
8.4.2.	Execução de prestação alimentícia pelo rito da prisão .....	784
8.4.3.	Execução de prestação alimentícia pelo procedimento de expropriação de bens .....	787
8.4.4.	Apuração de crime de abandono material .....	787
8.4.5.	Constituição de capital .....	788
9.	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHEÇA A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>789</b>
9.1.	Petição inicial .....	790
9.2.	Impugnação ao cumprimento de sentença pela Fazenda Pública .....	791
10.	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER .....</b>	<b>792</b>
11.	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA PARA ENTREGA DE COISA CERTA .....</b>	<b>794</b>
12.	<b>IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO JUDICIAL DE OBRIGAÇÕES DE FAZER, NÃO FAZER E ENTREGA DE COISA .....</b>	<b>794</b>
13.	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DAS AÇÕES COLETIVAS .....</b>	<b>795</b>
	<b>PARTE VIII EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL .....</b>	<b>797</b>
1.	NOÇÕES GERAIS .....	797
2.	A EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL NO CPC/2015 .....	797

3. PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO .....	798
3.1. Princípio do título .....	798
3.2. Princípio da autonomia .....	799
3.3. Princípio da responsabilidade patrimonial .....	799
3.4. Princípio do resultado .....	800
3.5. Princípio da disponibilidade .....	801
3.6. Princípio da adequação .....	802
3.7. Princípio da menor onerosidade .....	802
4. OS TÍTULOS EXECUTIVOS EXTRAJUDICIAIS .....	802
5. ATRIBUTOS DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL .....	806
5.1. Exceção do contrato não cumprido ( <i>exceptio non adimpleti contractus</i> ) .....	806
6. DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL .....	807
6.1. Responsabilidade patrimonial secundária .....	807
6.2. Exercício do benefício de ordem pelo fiador .....	807
6.3. Exercício do benefício de ordem pelo sócio na dívida da sociedade .....	809
6.4. Limitação à responsabilidade patrimonial dos herdeiros .....	809
7. FRAUDE À EXECUÇÃO .....	810
7.1. Diferenças entre fraude à execução e fraude contra credores .....	812
8. PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) .....	813
9. ASPECTOS GERAIS DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL .....	814
9.1. Aplicação subsidiária aos demais tipos de execução e cumprimento de sentença .....	814
9.2. Poderes judiciais de condução do processo .....	814
9.3. Atos atentatórios à dignidade da justiça .....	815
9.4. Desistência da execução .....	815
9.5. Responsabilidade civil pelos prejuízos causados ao executado no caso de execução infundada .....	816
10. COMPETÊNCIA .....	817
10.1. Atos executivos a serem cumpridos em outra comarca ou circunscrição .....	818
11. PARTES .....	818
11.1. Exequente .....	818
11.2. Executado .....	819
12. PETIÇÃO INICIAL: REQUISITOS GERAIS PARA TODAS AS ESPÉCIES DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL .....	820
13. TUTELAS DE URGÊNCIA .....	821
14. POSSIBILIDADE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (FACULTATIVA) .....	821
15. ESPÉCIES DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL .....	822
16. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DE OBRIGAÇÕES DE ENTREGA DE COISA .....	822



16.1. Execução de título executivo extrajudicial de obrigações de entrega de coisa certa	822
16.2. Execução de título executivo extrajudicial de obrigações de entrega de coisa incerta	823
17. DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL QUE CONTENHA OBRIGAÇÕES DE FAZER OU DE NÃO FAZER	823
17.1. A possibilidade de opção entre a execução de título executivo extrajudicial e a ação de conhecimento	824
17.2. Procedimento da execução de obrigação de fazer fundada em título executivo extrajudicial	824
17.3. Procedimento da execução de obrigação de não fazer fundada em título executivo extrajudicial	826
18. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL DE OBRIGAÇÃO POR QUANTIA CERTA EM GERAL	826
18.1. Procedimento	827
18.2. Petição inicial	827
18.3. Possibilidade de medidas cautelares	827
18.4. Averbação da execução	827
18.5. Inscrição do nome do executado em cadastro de inadimplentes	829
18.6. Recebimento da petição inicial e citação do devedor	829
18.7. Arresto executivo	832
18.8. Parcelamento da dívida	832
18.9. Penhora	834
18.9.1. Objeto da penhora	834
18.9.2. Bens impenhoráveis	834
18.9.2.1. Bem de família	834
18.9.2.2. Bens impenhoráveis de acordo com o CPC	836
18.9.2.3. Procedimento no caso de bens impenhoráveis	838
18.9.3. Ordem de preferência de penhora	838
18.9.4. Cancelamento da penhora por inefetividade da expropriação	839
18.9.5. Documentação e registro da penhora	840
18.9.6. Do depósito	841
18.9.7. Intimação do executado, do seu cônjuge e do coproprietário acerca da penhora	842
18.9.8. Penhora e alienação de imóvel quando há meação do cônjuge ou quota-parte do coproprietário: direito sobre o produto da alienação do bem	843
18.9.9. Formas de realização da penhora	843
18.9.10. Averbação da penhora no registro competente	844
18.9.11. Penhora sobre bens e direitos específicos	844
18.10. Da avaliação	844
18.11. Expropriação de bens: adjudicação e alienação	845

18.11.1. Da adjudicação .....	845
18.11.2. Da alienação .....	846
18.11.3. Alienação antecipada de bens penhorados .....	846
18.12. Da satisfação do crédito pela entrega do dinheiro ou pela adjudicação de bens penhorados .....	847
<b>19. DA EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>847</b>
<b>20. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL QUE CONTENHA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR .....</b>	<b>848</b>
<b>21. EMBARGOS À EXECUÇÃO .....</b>	<b>848</b>
21.1. Definição e objeto .....	848
21.2. Legitimidade para os embargos .....	848
21.3. Prazo .....	849
21.4. Desnecessidade de garantia do juízo .....	850
21.5. Efeito suspensivo .....	850
21.6. Hipóteses de cabimento .....	851
21.7. Procedimento dos embargos .....	852
21.8. Embargos à execução por carta precatória .....	854
<b>22. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE .....</b>	<b>854</b>
<b>23. SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>856</b>
<b>24. EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO .....</b>	<b>859</b>
<b>25. RECURSOS .....</b>	<b>860</b>
<b>PARTE IX PROCEDIMENTOS ESPECIAIS .....</b>	<b>861</b>
<b>CAPÍTULO I AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....</b>	<b>863</b>
1. INTRODUÇÃO .....	863
2. HIPÓTESES DE CABIMENTO .....	863
3. LEGITIMIDADE .....	864
4. COMPETÊNCIA .....	864
5. ESPÉCIES DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....	864
5.1. Consignação em pagamento mediante depósito em estabelecimento bancário – extrajudicial .....	865
5.2. Ação de consignação em pagamento mediante depósito judicial .....	865
6. SINOPSE .....	867
<b>CAPÍTULO II AÇÃO DE EXIGIR DE CONTAS .....</b>	<b>869</b>
1. INTRODUÇÃO .....	869
2. PROCEDIMENTO .....	869

3. SENTENÇA .....	871
4. QUESTÕES POLÊMICAS .....	871
<b>CAPÍTULO III AÇÕES POSSESSÓRIAS .....</b>	<b>873</b>
1. INTRODUÇÃO .....	873
2. ESPÉCIES .....	873
2.1. Ação de reintegração de posse .....	873
2.2. Ação de manutenção de posse .....	873
2.3. Interdito proibitório .....	874
3. AÇÃO POSSESSÓRIA E AÇÃO PETITÓRIA .....	874
4. FUNGIBILIDADE ENTRE AS AÇÕES POSSESSÓRIAS .....	874
5. COMPETÊNCIA .....	875
6. LEGITIMIDADE ATIVA .....	875
7. LEGITIMIDADE PASSIVA .....	876
8. PARTICIPAÇÃO DO CÔNJUGE NAS AÇÕES POSSESSÓRIAS .....	876
9. PROCEDIMENTO .....	877
9.1. Ação de força velha e ação de força nova .....	877
9.2. Petição inicial .....	877
9.3. Medida liminar, audiência de justificação ou de mediação .....	878
9.4. Contestação: o caráter dúplice das ações possessórias .....	878
9.5. Instrução processual .....	879
9.6. Sentença .....	879
10. QUESTÕES POLÊMICAS .....	879
<b>CAPÍTULO IV DA AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES .....</b>	<b>881</b>
<b>CAPÍTULO V EMBARGOS DE TERCEIRO .....</b>	<b>882</b>
1. CABIMENTO E OBJETO .....	882
2. NATUREZA JURÍDICA .....	883
3. COMPETÊNCIA .....	883
4. LEGITIMIDADE .....	884
5. PRAZO .....	885
6. PROCEDIMENTO .....	886
<b>CAPÍTULO VI OPOSIÇÃO .....</b>	<b>888</b>
1. DEFINIÇÃO E NATUREZA JURÍDICA .....	888
2. PRAZO PARA A OPOSIÇÃO .....	888
3. PROCEDIMENTO .....	889

4. EFEITOS DA NÃO PROPOSITURA DA OPOSIÇÃO ATÉ A SENTENÇA DA AÇÃO ORIGINÁRIA .....	889
<b>CAPÍTULO VII AÇÃO DE USUCAPIÃO .....</b>	<b>891</b>
1. INTRODUÇÃO .....	891
2. PROCEDIMENTOS EXTRAJUDICIAL E JUDICIAL .....	892
2.1. Procedimento extrajudicial de usucapião .....	892
2.2. Procedimento judicial para o reconhecimento de usucapião .....	893
<b>CAPÍTULO VIII AÇÕES DE FAMÍLIA.....</b>	<b>896</b>
1. INTRODUÇÃO .....	896
2. PROCEDIMENTO .....	897
3. AÇÕES SOBRE DIREITO DE FAMÍLIA CUJO RITO É PREVISTO EM LEIS ESPECIAIS .....	898
<b>CAPÍTULO IX AÇÃO MONITÓRIA.....</b>	<b>900</b>
1. OBJETO, REQUISITO E CABIMENTO .....	900
2. PROCEDIMENTO .....	903
<b>CAPÍTULO X PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA .....</b>	<b>907</b>
1. DISPOSIÇÕES GERAIS .....	907
2. PEDIDOS PROCESSADOS PELO PROCEDIMENTO DA JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA .....	908
3. PROTESTOS, NOTIFICAÇÕES E INTERPELAÇÕES .....	909
3.1. Protesto judicial .....	909
3.2. Notificação .....	909
3.3. Interpelação .....	909
3.4. Procedimento .....	910
<b>PARTE X JUIZADOS ESPECIAIS E PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO .....</b>	<b>911</b>
<b>CAPÍTULO I OS JUIZADOS ESPECIAIS .....</b>	<b>913</b>
1. NOÇÕES GERAIS .....	913
2. PERFIL DAS DEMANDAS E DOS JURISDICIONADOS NOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	914
<b>CAPÍTULO II PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO .....</b>	<b>916</b>
1. PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO .....	916
1.1. Princípio da oralidade .....	917
1.2. Princípio da simplicidade .....	918
1.3. Princípio da informalidade .....	918
1.4. Princípio da economia processual .....	919

1.5. Princípio da celeridade .....	919
1.6. Princípio da gratuidade .....	920
2. A TENSÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS DA INFORMALIDADE, DA GRATUIDADE, DO ACESSO À JUSTIÇA E DA INDISPENSABILIDADE DE ADVOGADO .....	920
3. OS JUIZADOS E O CPC/2015 .....	921
4. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS ESTADUAIS: CABIMENTO DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO .....	921
4.1. Competência em razão do valor nos JECs Estaduais .....	922
4.2. Competência em razão da matéria (nos JECs Estaduais) .....	923
4.3. Competência funcional .....	924
4.4. Hipóteses de não cabimento .....	925
4.5. Especificidades da competência territorial nos Juizados .....	925
4.6. Competência dos Juizados: a questão da obrigatoriedade/não obrigatoriedade .....	926
4.7. Incompetência – consequência processual .....	927
4.8. Competência para julgar o conflito de competência .....	927
5. CAPACIDADE PROCESSUAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	928
5.1. Capacidade de ser parte nos Juizados .....	928
5.1.1. Capacidade de ser parte em geral .....	928
5.1.1.1. Representação das pessoas jurídicas. ....	928
5.1.2. Capacidade de ser autor .....	929
5.2. Capacidade postulatória .....	929
6. PROCEDIMENTO .....	929
6.1. Esquema do procedimento .....	930
6.2. Prazos .....	930
6.3. Negócios processuais .....	931
6.4. Petição inicial .....	931
6.5. Julgamento liminar de improcedência .....	932
6.5.1. Possibilidade de o juiz decidir de ofício, sem prévia manifestação das partes .....	932
6.6. Citações e intimações .....	933
6.7. Tutelas de urgência e da evidência .....	933
6.8. Audiência(s) .....	934
6.8.1. Audiência de conciliação .....	934
6.8.2. Audiência de instrução e julgamento .....	935
6.8.2.1. Oitiva de partes e testemunhas .....	936
6.8.2.2. Inquirição de técnicos e inspeção judicial .....	937
6.8.2.3. Ausência de alegações finais ou memoriais. ....	937
6.8.2.4. Da atuação do juiz leigo .....	938
6.9. Respostas do réu: contestação, pedido contraposto, exceções de impedimento e suspeição .....	938

6.10. Revelia .....	939
6.11. Conexão e continência .....	940
6.12. Intervenção de terceiros .....	940
6.12.1. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	941
6.13. Ministério Público .....	941
6.14. Perícias .....	941
6.15. Sentença .....	942
6.15.1. Extinção do processo sem resolução de mérito .....	943
6.16. Recursos e impugnações às decisões .....	944
6.16.1. O duplo grau de jurisdição, as custas processuais e a necessidade de advogado .....	944
6.16.2. Irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias .....	945
6.16.3. Embargos de declaração .....	945
6.16.4. Recurso contra a sentença .....	946
6.16.5. Aplicação da Teoria da Causa Madura .....	949
6.16.6. Agravo interno .....	950
6.16.7. Turma Recursal .....	950
6.16.8. Inaplicabilidade da técnica de julgamento contra acórdão não unânime .....	951
6.16.9. Recurso adesivo: não cabimento .....	951
6.16.10. Recurso ordinário – inadmissibilidade .....	952
6.16.11. Competência originária da Turma Recursal .....	952
6.16.12. Recurso extraordinário .....	953
6.16.13. Recurso especial e Juizado Especial: inadmissibilidade .....	953
6.16.14. Incidente de resolução de demandas repetitivas, recursos especial e extraordinários repetitivos e Juizados Especiais .....	954
6.16.15. Juizados Especiais e rescisória .....	956
7. A FASE DE EXECUÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL .....	956
8. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL NOS JUIZADOS ESPECIAIS .....	957
9. JUIZADOS ESPECIAIS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS .....	958
<b>CAPÍTULO III JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS DE FAZENDA PÚBLICA .....</b>	<b>959</b>
1. INTRODUÇÃO E NOÇÕES GERAIS .....	959
2. NORMAS PROCESSUAIS APLICÁVEIS .....	959
3. COMPETÊNCIA .....	959
4. TUTELAS DE URGÊNCIA .....	960
5. CAPACIDADE DE SER PARTE .....	960
6. INEXISTÊNCIA DE PRERROGATIVAS DE PRAZO .....	961
7. RECURSO CONTRA SENTENÇA E RECURSO CONTRA DECISÃO QUE APRECIA TUTELA DE URGÊNCIA .....	962
8. INEXISTÊNCIA DE REEXAME NECESSÁRIO .....	962

9. CUMPRIMENTO DE DECISÃO OU SENTENÇA .....	962
10. UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA .....	963
11. SEMELHANÇA COM OS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS .....	964
<b>CAPÍTULO IV JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS .....</b>	<b>965</b>
1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS .....	965
2. NORMAS PROCESSUAIS APLICÁVEIS .....	965
3. COMPETÊNCIA .....	965
4. TUTELAS DE URGÊNCIA .....	967
5. CAPACIDADE DE SER PARTE .....	967
6. PEDIDO CONTRAPOSTO .....	968
7. INEXISTÊNCIA DE PRERROGATIVAS DE PRAZO .....	968
8. RECURSOS CONTRA SENTENÇA E CONTRA DECISÃO SOBRE TUTELA DE URGÊNCIA .....	968
9. INEXISTÊNCIA DE REEXAME NECESSÁRIO .....	969
10. CUMPRIMENTO DE DECISÃO OU SENTENÇA .....	969
11. TURMAS RECURSAIS .....	969
12. TURMAS REGIONAIS E NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS .....	970
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>973</b>